

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CF NAM HENDRIK STEPHANUS

**A GEOPOLÍTICA DA ÁFRICA OCIDENTAL
a insurgência do grupo Boko Haram na Nigéria de 2009 até
presente**

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2025

CF-NAM HENDRIK STEPHANUS

**A GEOPOLÍTICA DA ÁFRICA OCIDENTAL
A INSURGÊNCIA DO GRUPO BOKO HARAM NA NIGÉRIA DE 2009 ATÉ
PRESENTE**

Dissertação apresentada à Escola de
Guerra Naval, como requisito parcial para a
conclusão do Curso de Estado-Maior para
Oficiais Superiores.

CEMOS 2025

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2025

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTENCIA DE APROIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que está trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte. E o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os diretos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem, ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição, de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfico completa.

Os conceitos ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

Nome: C-EMOS 004 CF-NAM- HENDRIK STEPHANUS, CPF: 055803387-32



DATA: 27 NOVEMBRO 2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, a Deus pela sua misericórdia e por me sustentar em todos os momentos de minha vida. À minha esposa e minha filha, pela paciência ao compreenderem minha abnegação e ausência durante a produção dessa dissertação

Ao meu orientador, pela disponibilidade irrestrita, pelas críticas sinceras e construtivas, pela forma profissional e cuja postula de rigor acadêmico foi um estímulo permanente a me desafiar intelectualmente. Aos colegas do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS 25), principalmente meu amigo, a disponibilidade, dedicação e ajuda. À Escola de Guerra Naval, bem como à nossa Marinha, pela oportunidade oferecida no aperfeiçoamento pessoal e profissional.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar a insurgência do Boko Haram e as estratégias de enfrentamento adotadas na África Ocidental à luz da Teoria da Segurança Regional, formulada por Barry Buzan e Ole Wæver. Partiu-se da hipótese de que as ameaças securitárias na região são transnacionais e interdependentes, exigindo respostas coordenadas entre os países afetados. Por meio de análise bibliográfica e documental, reconstruiu-se a trajetória do Boko Haram, desde sua origem como grupo religioso radical até sua consolidação como uma insurgência armada com impacto regional. Foram examinados os fatores estruturais que favoreceram seu crescimento, como pobreza extrema, exclusão social e fragilidade institucional. Investigaram-se também as estratégias de resposta empregadas, incluindo ações militares, políticas de reintegração de ex-combatentes e parcerias internacionais. A teoria dos complexos regionais de segurança demonstrou-se útil para compreender os limites da cooperação regional, enquanto o conceito de securitização ajudou a interpretar o predomínio das respostas militares em detrimento de políticas multissetoriais. Constatou-se que, apesar da criação de estruturas como a Força-Tarefa Multinacional Conjunta, os esforços permanecem fragmentados e pouco eficazes devido à ausência de coordenação intersetorial, desconfiança entre os Estados e interesses geopolíticos externos. Concluiu-se que a Teoria da Segurança Regional oferece um arcabouço valioso para compreender o fenômeno, mas que sua aplicabilidade prática depende da capacidade dos Estados envolvidos de fortalecer instituições, promover justiça social e desenvolver estratégias integradas de segurança.

Palavras-chave: A GEOPOLÍTICA DA ÁFRICA OCIDENTAL

Insurgência do Boko Haram; Nigéria; segurança regional; securitização de 2009
até o presente.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the Boko Haram insurgency and the strategies adopted to confront it in West Africa through the lens of the Regional Security Complex Theory, developed by Barry Buzan and Ole Wæver. The central hypothesis is that security threats in the region are transnational and interdependent, thus requiring coordinated responses among the affected states. Through bibliographic and documentary analysis, the trajectory of Boko Haram was reconstructed from its origins as a radical religious movement to its consolidation as an armed insurgency with regional impact. The study examines the structural factors that facilitated the group's growth, such as extreme poverty, social exclusion, and institutional fragility. It also investigates the response strategies employed, including military actions, reintegration policies for former combatants, and international partnerships. The theory of regional security complexes proved useful in understanding the limitations of regional cooperation, while the concept of securitization helped explain the predominance of military responses over multisectoral policies. The research finds that, despite initiatives such as the Multinational Joint Task Force, efforts remain fragmented and largely ineffective due to a lack of intersectoral coordination, mutual distrust among states, and external geopolitical interests. It concludes that the Regional Security Theory offers a valuable framework for understanding the phenomenon, but its practical applicability depends on the involved states' ability to strengthen institutions, promote social justice, and develop integrated security strategies.

Keywords: WEST AFRICAN GEOPOLITICS

Boko Haram insurgency; Nigeria; regional security; securitization from 2009 till present.

LISTA DE ABREVIATURAS

APSA	African Peace and Security Architecture
AU	African Union
ECA	Economic Commission for África
ECOWAS	Economic Community of West African States
EI	Estado Islâmico
ISWAP	Província da África Ocidental do Estado Islâmico
MNJTF	Multi-national Joint Task Force
NGO	Non-governmental Organisations
RSCT	Regional Security Complex Theory
ICG	International Crisis Group
UNHCR	United Nations High Commissioner for Refugees
IOM	International Organization for Migration
AGNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
PAM	Programa Alimentar Mundial
UNICEF	United Nations Children's Fund
CTC	Counter Terrorism Center
CEDEAO	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
APZA	Arquitetura Africana de Paz e Segurança
NEDC	Northeast Development Commission
CJTF	Civilian Joint Task Force

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	10
2.	BOKO HARAM E SEUS CARACTERISTICAS.....	13
2.1	ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	14
2.2	IDEOLOGIA E OBJETIVOS.....	15
2.3	FATORES SOCIOECONÔMICOS E POLÍTICOS.....	15
2.4	EVOLUÇÃO MILITAR E ESTRATÉGIAS OPERACIONAIS.....	16
2.5	IMPACTOS REGIONAIS.....	16
2.6	ESTADO NIGERIANO.....	18
2.7	RESPOSTAS ESTATAIS E INTERNACIONAIS.....	20
2.8	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FONTES DE FINANCIAMENTO.....	20
2.9	AS MULHERES E CRIANÇAS SOB O BOKO HARAM.....	22
2.10	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	23
3	A TEORIA DA SEGURANÇA REGIONAL.....	25
3.1	ESCOLA DE COPENHAGUE E A SEGURANÇA.....	25
3.2	COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA (CRS).....	26
3.3	SECURITIZAÇÃO E DESSECURITIZAÇÃO.....	26
3.4	APLICAÇÃO AO COMPLEXO REGIONAL DA ÁFRICA OCIDENTAL.....	27
3.5	TEORIA DA SEGURANÇA REGIONAL NA PERSPECTIVA AFRICANA.....	29
3.6	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	29
4	RESPOSTAS E ESTRATÉGIA DE COMBATE.....	31
4.1	RESPOSTA ESTATAL DA NIGERIA.....	31
4.2	COOPERAÇÃO REGIONAL E COMPLEXIDADE GEOPOLÍTICA.....	33
4.3	INTERVENÇÃO INTERNACIONAL E PARCERIAS EXTERNAS.....	33
4.4	ESTRATÉGIAS ALTERNATIVAS.....	34
4.5	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	35
5	SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS.....	36
5.1	CONVERGÊNCIAS ENTRE PRÁTICA E TEORIA.....	36
5.2	DIVERGÊNCIAS E DESVIOS: TEORIA E PRÁTICA EM DESCOMPASSO.	37
5.3	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	38
6	CONCLUSÃO.....	40

REFERÊNCIAS

ANNEXO A

1. INTRODUÇÃO

A instabilidade securitária na África Ocidental tem se tornado uma das principais preocupações da comunidade internacional nas últimas décadas. A proliferação de grupos armados não estatais, os conflitos transfronteiriços e a fragilidade das instituições estatais têm contribuído para a formação de um ambiente propício à emergência de ameaças complexas, como é o caso da insurgência liderada pelo Boko Haram. O grupo, fundado no início dos anos 2000, representa uma combinação de radicalismo religioso, contestação política e insatisfação social, sendo um dos atores mais disruptivos da ordem regional. Segundo Onuoha, “a insurgência do Boko Haram é, em parte, resultado direto da frustração gerada pela exclusão política, pobreza extrema e negligência governamental crônica” (Onuoha, 2014, p. 5).

Nesse contexto, torna-se imprescindível adotar abordagens teóricas que transcendam a lógica convencional da segurança centrada no Estado. A Teoria da Segurança Regional, formulada por Barry Buzan e Ole Wæver, fornece um instrumental analítico para compreender como ameaças são construídas socialmente e como regiões inteiras se tornam interdependentes em função dessas ameaças. Para os autores, “as regiões constituem o nível onde os efeitos da segurança são mais sentidos e onde os Estados tendem a formar padrões de segurança interdependentes” (Buzan; Wæver, 2003, p. 45). Assim, ao invés de analisar os conflitos de forma isolada, essa abordagem permite compreender a configuração de um complexo regional de segurança, como ocorre na bacia do Lago Chade, onde a insurgência do Boko Haram impõe uma lógica de ação coletiva e resposta compartilhada.

Esta dissertação tem como objetivo analisar a insurgência do Boko Haram à luz da Teoria da Segurança Regional, com ênfase na maneira como os Estados da África Ocidental, particularmente a Nigéria, vêm respondendo aos desafios securitários impostos por esse grupo. A escolha desse tema justifica-se tanto pela relevância empírica da insurgência jihadista¹ para a estabilidade da região, quanto pela pertinência teórica de abordagens que superam a lógica estatal tradicional e incorporam dinâmicas regionais, como proposto por Barry Buzan e Ole Wæver.

¹ Atualmente, esse termo é associado a grupos extremistas que usam a violência e o terrorismo para atingir seus objetivos

Tais autores, vinculados à chamada Escola de Copenhague, desenvolveram um arcabouço conceitual capaz de explicar como ameaças são socialmente construídas e como regiões inteiras podem se articular em torno de problemas de segurança compartilhados (Buzan; Wæver, 2003).

O caso do Boko Haram, cuja atuação transcende fronteiras nacionais e impacta simultaneamente Nigéria, Níger, Chade e Camarões, representa um exemplo paradigmático de um complexo regional de segurança em funcionamento. A insurgência não pode ser compreendida apenas por meio de lentes nacionais ou militares, sendo necessário considerar fatores estruturais como pobreza, desigualdade, marginalização social, fragmentação territorial e ausência crônica do Estado em zonas periféricas (Cook, 2015). Nesse sentido, a dissertação parte da hipótese de que a resposta à ameaça do Boko Haram tem sido prejudicada por uma excessiva militarização do problema e pela falta de coordenação eficaz entre os níveis nacional, regional e internacional. A abordagem teórica proposta permite, assim, questionar as limitações das estratégias atuais e sugerir a importância de medidas multissetoriais, coerentes com a realidade social, política e econômica dos Estados afetados (International Crisis Group, 2021).

A metodologia adotada é de natureza qualitativa e exploratória, com base em revisão bibliográfica e análise documental. Foram consultadas fontes primárias, como relatórios de organizações internacionais a exemplo da Organização das Nações Unidas (ONU), da União Africana (UA) e da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) além de documentos oficiais dos governos envolvidos e declarações públicas de lideranças regionais. Também foram utilizados estudos acadêmicos especializados nas áreas de Relações Internacionais, Estudos de Segurança e Política Africana, com ênfase na aplicação crítica da Teoria da Segurança Regional de Buzan e Wæver ao caso específico do Boko Haram (Acharya, 2007; Buzan; Wæver, 2003).

Por fim, esta dissertação está dividida em sete capítulos, excluindo-se a introdução e a conclusão. O segundo capítulo trata das características do Boko Haram; o terceiro aborda a Teoria da Segurança Regional; o quarto analisa as respostas e estratégias adotadas; e o quinto examina a correspondência entre a teoria e a realidade empírica. A investigação é orientada pela seguinte questão de pesquisa: de que maneira a Teoria da Segurança Regional contribui para explicar a

persistência da ameaça do Boko Haram e avaliar as estratégias implementadas para combatê-lo na região da África Ocidental, e como a Teoria da Segurança Regional de Barry Buzan e Ole Wæver pode explicar as respostas dos Estados, especialmente da Nigéria, a essa ameaça? Adicionalmente, busca-se refletir sobre as limitações e alcances práticos da teoria diante da realidade sociopolítica e securitária da região. A partir dessa indagação, procura-se avaliar em que medida o referencial teórico adotado é capaz de captar as dinâmicas regionais e contribuir para o aprimoramento das estratégias de enfrentamento à ameaça representada pelo Boko Haram.

2. BOKO HARAM E SUAS CARACTERÍSTICAS

Para compreender a complexidade do Boko Haram, não é suficiente restringir a análise apenas aos seus ataques e atos de violência, que muitas vezes são o foco midiático e imediato. É necessário aprofundar-se nas raízes do grupo, investigando suas origens, as bases ideológicas religiosas extremas que fundamentam sua atuação e, sobretudo, o contexto social, econômico e político no qual emergiu e se desenvolveu. Essas condições marcadas por desigualdades profundas, fragilidades institucionais e disputas políticas foram cruciais para criar o terreno fértil que permitiu a ascensão e o fortalecimento do Boko Haram ao longo dos anos.

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma visão abrangente das principais características do Boko Haram, desde o seu surgimento como movimento religioso até sua transformação em um grupo armado que desafia o monopólio do uso da força pelo Estado nigeriano e ameaça a estabilidade regional. A análise detalha a evolução do grupo, enfatizando a interação entre sua ideologia radical que rejeita os valores ocidentais e propõe a implementação rigorosa da sharia² e o ambiente de fragilidade do Estado, marcado por governança precária, corrupção e incapacidade de prover segurança e serviços básicos à população. Além disso, aborda a crise social, evidenciada por altos índices de pobreza, desemprego e exclusão, que impulsionou o recrutamento e a aceitação local do grupo em determinadas regiões.

A proposta desta seção é demonstrar como esses múltiplos fatores estão interligados e se reforçam mutuamente, constituindo a base para a resiliência e a força do Boko Haram. Essa compreensão integrada é fundamental para interpretar o fenômeno do grupo não apenas como uma organização terrorista isolada, mas como um ator profundamente enraizado em dinâmicas sociais e políticas complexas. A análise inicia-se pela sua origem e desenvolvimento histórico, ponto de partida imprescindível para entender o que o Boko Haram representa atualmente, suas motivações, estratégias e o desafio que impõe à segurança da Nigéria e da África Ocidental como um todo.

² Sistema de leis islâmicas baseado no Alcorão

Para entender o Boko Haram, não basta olhar apenas para seus ataques e atos de violência. É preciso analisar suas origens, suas ideias religiosas extremas e as condições sociais e políticas que ajudaram no surgimento e crescimento do grupo.

A ideia é mostrar como todos esses fatores estão ligados entre si e ajudam a explicar a força do grupo. A análise começa agora com sua origem e desenvolvimento histórico, ponto de partida para compreender o que o Boko Haram representa hoje.

2.1 ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA

A ideologia do Boko Haram é fundamentada em uma interpretação rigorosa do islamismo salafista, que rejeita as instituições do Estado nigeriano por considerá-las corruptas e excessivamente influenciadas pelos valores ocidentais, defendendo a implementação estrita da sharia como solução política e social (Thurston, 2017, p. 48). Boko Haram, fundado no início dos anos 2000 no estado de Borno, teve sua liderança inicial marcada pela figura de Mohammed Yusuf. De acordo com Thurston:

"Mohammed Yusuf era um pregador carismático que se opunha abertamente ao governo nigeriano, denunciando a corrupção sistêmica e rejeitando os valores ocidentais como incompatíveis com os princípios islâmicos. Através de seus sermões, atraiu jovens insatisfeitos com as condições econômicas e sociais da região" (Thurston 2016, p. 25; tradução nossa)

Yusuf atraiu seguidores com seu discurso de retorno à pureza islâmica, rejeição da educação ocidental daí o termo "Boko Haram", que pode ser traduzido como "a educação ocidental é pecado e promessa de justiça social (Onuodu, 2018, p.50-55). A partir de 2009, após a morte de Yusuf sob custódia policial, o grupo passou a adotar métodos violentos sob a liderança de Abubakar Shekau, intensificando os ataques contra alvos estatais, civis e religiosos (Comolli, 2015).

Desde então, o Boko Haram evoluiu de uma seita religiosa local para uma insurgência armada com atuação regional. Em 2015, declarou lealdade ao Estado Islâmico (EI), o que resultou na criação da Província da África Ocidental do Estado Islâmico (ISWAP), uma facção dissidente que contestava os métodos violentos e indiscriminados de Shekau (Zenn, 2020). A fragmentação do grupo não reduziu sua

letalidade, mas alterou sua dinâmica interna e suas estratégias operacionais. Essa trajetória histórica revela não apenas a transformação organizacional do Boko Haram, mas também a base ideológica que sustenta sua atuação, a qual será detalhada a seguir.

2.2 IDEOLOGIA E OBJETIVOS

Com raízes profundas em uma interpretação extremista do islamismo salafista, o Boko Haram rejeita veementemente as instituições e valores do Estado nigeriano, percebido como corrupto e excessivamente ocidentalizado (Panther-Bennett, 2017)." O grupo defende a implementação da sharia em toda a Nigéria, não apenas no norte muçulmano, como forma de restaurar a ordem e a moral islâmica. Essa visão está atrelada a um discurso messiânico de purificação religiosa e rejeição da modernidade secular (Forest, 2012). A transformação do Boko Haram em uma insurgência violenta esteve fortemente relacionada a falhas do Estado e a problemas sociais. O grupo passou a justificar o uso da violência como meio legítimo de resistência contra a opressão e de instauração de um Estado islâmico (Agholor et al., 2020).

A violência, inicialmente direcionada contra forças de segurança, passou a atingir escolas, igrejas e aldeias inteiras, em ações que visavam tanto aterrorizar quanto controlar populações locais. Porém, para além da ideologia, é fundamental compreender os fatores socioeconômicos e políticos que facilitaram o crescimento e a perpetuação do Boko Haram, tema que se desdobra no próximo segmento.

2.3 FATORES SOCIOECONÔMICOS E POLÍTICOS

Essa ideologia radical não surgiu no vácuo, mas floresceu em meio a um cenário marcado pela pobreza, desigualdade e marginalização que caracterizam o nordeste da Nigéria. A região é uma das mais pobres do país, com altos índices de desemprego, analfabetismo e ausência de serviços públicos básicos (Idris, 2017). Esses fatores criaram um terreno fértil para o recrutamento de jovens frustrados, que veem no grupo uma forma de expressão e pertencimento (Adamu; Rufus, 2021). Além disso, a corrupção sistêmica e a ineficiência do Estado nigeriano minaram a confiança da população nas instituições. A resposta do governo, marcada por repressão militar e violações de direitos humanos, contribuiu para radicalizar ainda mais o conflito (Hansen, 2017).

A percepção de impunidade e negligência reforçou a narrativa do Boko Haram de que o Estado é inimigo da população muçulmana. Diante desse cenário, o Boko Haram estruturou e aprimorou suas capacidades militares e táticas insurgentes, que serão analisadas na sequência.

2.4 EVOLUÇÃO MILITAR E ESTRATÉGIAS OPERACIONAIS

Para alcançar seus objetivos, o Boko Haram evoluiu para uma insurgência sofisticada, empregando táticas de guerrilha, sequestros, atentados suicidas e controle territorial, que impactaram profundamente a região. A capacidade operacional do grupo variou ao longo do tempo, dependendo da repressão estatal, de disputas internas e do apoio externo (Zenn, 2018). O sequestro de 276 meninas em Chibok, em 2014, teve repercussão internacional e evidenciou a brutalidade do grupo, além de seu uso estratégico da mídia (Smith, 2015). A aliança com o Estado Islâmico trouxe maior sofisticação tática a algumas facções do Boko Haram, sobretudo a ISWAP, que passou a focar em alvos militares e evitar a matança indiscriminada de civis (International Crisis Group, 2019).

Essa mudança buscava conquistar apoio local e consolidar controle territorial. Por outro lado, facções ligadas a Shekau continuaram a empregar métodos brutais, incluindo atentados suicidas com mulheres e crianças. Com essa complexidade operacional, o impacto do Boko Haram extrapolou as fronteiras da Nigéria, desdobrando-se em uma crise regional que será explorada no próximo segmento.

2.5 IMPACTOS REGIONAIS

Ao longo da última década, a insurgência do Boko Haram deixou de ser um fenômeno restrito à Nigéria e passou a representar uma das maiores ameaças transnacionais da África Ocidental. Seus impactos extrapolam as dimensões da violência armada, afetando diretamente a estabilidade política, a segurança regional, a economia local e a situação humanitária em países vizinhos como Chade, Níger e Camarões. A presença do grupo na região da Bacia do Lago Chade tornou essa zona um verdadeiro epicentro de insegurança, com desdobramentos que exigem resposta coordenada de múltiplos atores estatais e internacionais (UNHCR, 2023).

A expansão das operações insurgentes para fora da Nigéria pode ser explicada, em parte, pela porosidade das fronteiras e pela fragilidade institucional dos países limítrofes. Cidades fronteiriças como Diffa (Níger), Fotokol (Camarões) e Baga Sola (Chade) foram repetidamente alvos de incursões e atentados, levando a deslocamentos forçados em massa e à destruição de infraestrutura civil (ONU, 2017). Estima-se que, entre 2009 e 2023, mais de 3,3 milhões de pessoas tenham sido deslocadas internamente ou se tornado refugiadas em decorrência direta do conflito (IOM, 2023). A dimensão da crise humanitária forçou a ação do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), bem como de agências como o Programa Alimentar Mundial (PAM) e o UNICEF, em operações de emergência em campos instalados nos quatro países atingidos.

Do ponto de vista econômico, o impacto da insurgência foi igualmente devastador. A agricultura, principal atividade de subsistência na Bacia do Lago Chade, foi interrompida em diversas regiões devido à ocupação insurgente, à destruição de colheitas e à insegurança generalizada. As principais rotas de comércio entre Nigéria, Níger e Camarões foram comprometidas, o que resultou no aumento dos preços dos alimentos e na retração do comércio transfronteiriço (Onyeukwu, 2020). Essa paralisação da atividade econômica agravou ainda mais os índices de pobreza, reforçando o ciclo de exclusão social que o próprio Boko Haram explora em sua narrativa de recrutamento.

No campo educacional, os efeitos do conflito também foram severos. O grupo realizou ataques deliberados a escolas, em conformidade com sua ideologia de rejeição à educação ocidental. O resultado foi o fechamento de centenas de instituições de ensino nos estados nigerianos de Borno, Yobe e Adamawa, além de regiões vizinhas nos Camarões e Níger. De acordo com relatório da UNICEF, “mais de 1.400 escolas foram destruídas ou abandonadas desde o início do conflito, afetando diretamente a escolarização de cerca de 1,8 milhão de crianças na região” (UNICEF 2023). A desestruturação educacional compromete o desenvolvimento humano e contribui para a perpetuação da instabilidade.

No plano político, a persistência do Boko Haram evidenciou os limites da cooperação regional. A criação da Força-Tarefa Multinacional Conjunta (MNJTF), com sede em N'Djamena, capital do Chade, marcou uma tentativa relevante de coordenação interestatal. Contudo, a desconfiança histórica entre os países membros, as disparidades nos recursos militares e os interesses divergentes

continuam dificultando ações realmente integradas (Zenn, 2020). Além disso, a lentidão na mobilização de recursos internacionais e a fragmentação de agendas entre segurança, desenvolvimento e ajuda humanitária limitaram o alcance das respostas conjuntas.

Por fim, os impactos da insurgência não se restringem ao continente africano. A crescente preocupação da comunidade internacional com a expansão do jihadismo na África e com os fluxos migratórios forçados colocou a região sob o radar estratégico de potências externas. Essa atenção reforçou a securitização do conflito e motivou o envolvimento de atores como Estados Unidos, França e União Europeia, cujas ações embora relevantes nem sempre consideraram a complexidade social e cultural local (International Crisis Group, 2019).

Portanto, os impactos regionais do Boko Haram configuram uma crise multidimensional, que compromete a segurança, a economia, a educação e a governança em larga escala. Essa configuração reforça a necessidade de compreender o grupo como parte de um sistema regional de insegurança, em linha com os pressupostos da Teoria da Segurança Regional, e evidencia os limites de abordagens exclusivamente militares. A superação dessa crise requer respostas coordenadas, multisectoriais e sensíveis às dinâmicas históricas da região.

2.6 ESTADO NIGERIANO (COM ANÁLISE COMPARATIVA REGIONAL)

A resposta do Estado nigeriano à insurgência do Boko Haram passou por distintas fases, oscilando entre repressão militar intensiva e tentativas pontuais de diálogo e reintegração. O exército da Nigéria lançou diversas operações, como a “Operation Lafiya Dole”, posteriormente rebatizada como “Operation Hadin Kai”, que buscaram recuperar o controle territorial no nordeste do país. Contudo, apesar dos avanços em algumas frentes, como a retomada de cidades estratégicas, a resposta nigeriana foi frequentemente criticada por violações de direitos humanos, corrupção institucional e má gestão logística (International Crisis Group, 2020).

Além disso, a eficácia das ações militares nigerianas tem sido prejudicada por fragmentações internas nas forças armadas e pela dificuldade em se adaptarem a uma guerra assimétrica prolongada. Segundo Onuoha (2023, p. 69-94), as forças de segurança da Nigéria enfrentam carência de treinamento adequado para o combate irregular, resultando em alta rotatividade dos soldados e exaustão operacional.

Em contrapartida, países vizinhos reagiram com estratégias diferenciadas e, em certos casos, mais eficazes. O Chade, sob a liderança do falecido presidente Idriss Déby, destacou-se por operações ofensivas vigorosas, especialmente entre 2015 e 2020. Em abril de 2020, o exército chadiano lançou a operação "Colère de Bohoma", considerada uma das mais decisivas contraposições do Boko Haram nas ilhas do Lago Chade, com centenas de insurgentes mortos e redutos destruídos (Al Jazeera, 2020). O papel do Chade foi classificado como "o mais robusto e proativo entre os parceiros regionais" (International Crisis Group, 2020, p. 8).

O Níger, por sua vez, adotou uma abordagem de contenção territorial, concentrando tropas na região de Diffa e contando com apoio logístico francês por meio da Operação Barkhane. As forças nigerinas mostraram maior coordenação tática com o Chade do que com a Nigéria, demonstrando que as rivalidades geopolíticas e a falta de confiança entre os governos da região interferem na resposta coletiva (Bøås, 2020).

Já Camarões intensificou a vigilância fronteiriça e estabeleceu postos militares avançados nas regiões do Extremo Norte, com o auxílio de programas de treinamento dos Estados Unidos e o fornecimento de inteligência eletrônica. No entanto, sua estratégia foi mais defensiva e voltada para a proteção da população civil em vilarejos fronteiriços (Counter Terrorism Center, 2021).

No campo da cooperação multilateral, todos esses países integram a Força-Tarefa Conjunta Multinacional (MNJTF), coordenada pela Comissão da Bacia do Lago Chade. Embora a iniciativa represente um avanço em termos de segurança regional, sua execução sofre com falta de interoperabilidade, competição por liderança e recursos desiguais. Como observam Thurston e Williams (2021), "a MNJTF ainda depende excessivamente da liderança nigeriana e carece de uma doutrina unificada para ações de combate conjunto" (Thurston e William, 2021, p. 150)

Portanto, apesar da dimensão regional da ameaça representada pelo Boko Haram, as respostas nacionais ainda refletem interesses particulares e capacidades militares desiguais. Essa assimetria compromete uma estratégia verdadeiramente integrada de segurança regional, como exige o arcabouço proposto por Buzan e Wæver, no qual a lógica de segurança é indissociável do contexto interdependente entre Estados fronteiriços (Buzan; Wæver, 2003)

2.7 RESPOSTAS ESTATAIS E INTERNACIONAIS

Frente a crescente ameaça, a resposta do Estado nigeriano ao Boko Haram era predominantemente militar, com operações conduzidas pelas Forças Armadas e apoio de milícias civis locais, como os Civilian Joint Task Forces (CJTF) (MAIN, 2020). Embora tenham ocorrido avanços territoriais, essas ações muitas vezes foram acompanhadas de abusos, execuções extrajudiciais e detenções arbitrárias (Human Rights Watch, 2016).

A comunidade internacional forneceu apoio financeiro, logístico e de inteligência, especialmente por meio da ONU, União Africana, Estados Unidos, Reino Unido e França. No entanto, a coordenação entre os atores internacionais e locais nem sempre foi eficaz, e a ajuda humanitária enfrentou dificuldades logísticas e de segurança (UNDP, 2021). A persistência da insurgência indica a necessidade de estratégias mais abrangentes, que combinem segurança, desenvolvimento e inclusão social. Diante desse panorama multifacetado, as considerações finais sintetizam os principais desafios e aprendizados sobre o fenômeno Boko Haram.

2.8 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FONTES DE FINANCIAMENTO

A estrutura organizacional do Boko Haram passou por mudanças significativas desde sua fundação, refletindo tanto disputas internas quanto adaptações estratégicas diante da repressão estatal e da dinâmica do conflito. Inicialmente centralizado em torno da figura de Mohammed Yusuf, o grupo funcionava como um movimento religioso hierarquizado, com autoridade concentrada no líder e em um círculo restrito de discípulos (Thurston, 2016). Após a morte de Yusuf, em 2009, e a ascensão de Abubakar Shekau, o grupo adquiriu uma feição mais militarizada e fragmentada, marcada por células operacionais autônomas espalhadas pelo nordeste da Nigéria e em países vizinhos.

Essa descentralização se intensificou após o surgimento da facção dissidente conhecida como Estado Islâmico na Província da África Ocidental (ISWAP), a partir de 2015. Essa divisão interna resultou em uma pluralidade de lideranças e métodos de atuação. Enquanto a facção leal a Shekau mantinha a tática de terror indiscriminado, inclusive com o uso de crianças-bombas e ataques a

civis muçulmanos, o ISWAP buscava adotar uma abordagem mais “estratégica”, centrada em alvos militares e na conquista de legitimidade local (International Crisis Group, 2019). Tal configuração confirma a flexibilidade estrutural do grupo, que se adapta conforme as condições do terreno e o perfil de suas lideranças.

No que tange às fontes de financiamento, o Boko Haram se sustenta por meio de uma combinação de atividades ilícitas, saques, doações externas e, em alguns casos, relações com redes criminosas transnacionais. Uma das principais fontes tem sido o sequestro para obtenção de resgate, como evidenciado no célebre caso das meninas de Chibok, em 2014. Relatórios indicam que os sequestros se tornaram uma prática sistemática de arrecadação de fundos, com centenas de milhões de nairas³ pagos em resgates ao longo dos anos (UNODC, 2021). Além disso, o grupo extorque comerciantes locais, impõe tributos em áreas sob seu controle e participa de contrabando de produtos diversos, como armas, gado e combustível.

Há também registros de apoio financeiro externo, especialmente no período em que o grupo declarou lealdade ao Estado Islâmico. Embora a magnitude desse apoio ainda seja debatida, evidências apontam para transferência de recursos e expertise tática oriunda do núcleo do Estado Islâmico no Oriente Médio, sobretudo nos anos entre 2015 e 2018 (Zenn, 2020). Ainda assim, a autonomia financeira do Boko Haram permaneceu significativa, sustentada principalmente pela pilhagem de bancos, extorsão e controle territorial de rotas comerciais.

O uso de fontes ilícitas para financiamento conecta o Boko Haram a um ecossistema regional mais amplo de economia informal e criminalidade transfronteiriça, o que fortalece sua resiliência frente as operações militares. A simbiose entre insurgência jihadista e criminalidade organizada tem sido observada por diversos analistas como um fator crucial para a longevidade do grupo (Global Initiative, 2022). Assim, compreender as engrenagens financeiras do Boko Haram é essencial não apenas para desmantelar sua infraestrutura bélica, mas também para enfrentar os fluxos ilícitos que alimentam conflitos armados em toda a região do Sahel.

³ Moeda oficial da Nigéria

2.9 AS MULHERES E CRIANÇAS SOB O BOKO HARAM

A insurgência do Boko Haram produziu impactos devastadores sobre mulheres e crianças, que figuram entre os grupos mais vulneráveis ao terror imposto pela organização. O sequestro de 276 meninas na cidade de Chibok, em 2014, ganhou repercussão internacional e se tornou símbolo da brutalidade do grupo contra meninas e adolescentes (Human Rights Watch, 2014). No entanto, esse episódio é apenas a face mais visível de um padrão sistemático de violência baseada em gênero.

Mulheres sequestradas têm sido frequentemente forçadas a se casar com combatentes, a servir como escravas性uais ou a atuar como bombardeiras suicidas, muitas vezes sob ameaça ou controle químico e psicológico. Segundo relatório do United Nations Children's Fund (UNICEF), mais de 1.000 meninas foram sequestradas entre 2013 e 2021, sendo que muitas delas foram recrutadas ou coagidas para atentados suicidas um terço de todos os ataques suicidas do grupo entre 2014 e 2017 foi cometido por menores de idade, majoritariamente do sexo feminino (UNICEF, 2017).

Crianças do sexo masculino, por sua vez, são recrutadas como combatentes ou batedores, sofrendo processos de doutrinação violenta. A exposição prolongada à brutalidade e à ideologia extremista compromete seu desenvolvimento psicológico e social, criando uma geração marcada por traumas e, potencialmente, suscetível à reincidência da violência. A organização Human Rights Watch (2016) denunciou diversos casos de meninos que, após escapar das zonas de conflito, foram detidos pelas forças de segurança nigerianas sob a suspeita de ligação com o grupo, em condições que violam os direitos da infância.

Além disso, os deslocamentos forçados e o colapso dos sistemas de educação e saúde têm efeitos diretos sobre a infância nas regiões afetadas. Estima-se que mais de 1,4 milhão de crianças foram forçadas a abandonar suas casas em decorrência do conflito, e cerca de 2.295 professores foram mortos e mais de 1.400 escolas destruídas entre 2009 e 2020 (UNHCR, 2023; UNICEF, 2020). Esses dados evidenciam como o Boko Haram não apenas ataca fisicamente

a população civil, mas destrói ativamente a infraestrutura social que sustenta as perspectivas futuras da juventude local.

Diante desse quadro, organizações internacionais vêm promovendo iniciativas voltadas à proteção e reintegração de mulheres e crianças sobreviventes. No entanto, tais programas enfrentam resistências sociais, desafios logísticos e recursos escassos. A estigmatização das sobreviventes, frequentemente vistas como “esposas de terroristas”, dificulta sua aceitação nas comunidades de origem e perpetua ciclos de exclusão e violência (International Crisis Group, 2017).

Portanto, a insurgência do Boko Haram deve ser compreendida também por sua dimensão de gênero e seu impacto intergeracional. A análise das violências sofridas por mulheres e crianças não apenas revela a gravidade do conflito, mas também aponta para a necessidade urgente de estratégias que integrem a perspectiva de direitos humanos e justiça de gênero nas respostas ao extremismo violento

2.10 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A evolução do Boko Haram de um movimento radical local para uma insurgência transnacional evidencia a complexidade do fenômeno securitário na África Ocidental. Ao longo dos anos, a atuação do grupo ultrapassou as fronteiras nigerianas, alcançando os territórios do Chade, Níger e Camarões. Essa regionalização da ameaça transformou o Boko Haram em um vetor de instabilidade estrutural na Bacia do Lago Chade, exigindo uma resposta coletiva por parte dos Estados mais diretamente afetados.

A criação da Força-Tarefa Multinacional Conjunta (MNJTF), com o envolvimento ativo desses países, representou um esforço inédito de cooperação securitária na região. No entanto, as limitações dessa iniciativa tornaram-se evidentes diante de obstáculos persistentes como desconfiança mútua entre os governos, disparidades na capacidade militar e agendas políticas nacionais muitas vezes conflitantes (Onyeukwu, 2020). Ainda assim, algumas operações conjuntas conseguiram enfraquecer temporariamente a capacidade ofensiva do grupo, revelando o potencial de ações coordenadas quando há mínima convergência estratégica.

Paralelamente, os impactos sociais da insurgência intensificaram a vulnerabilidade da população local. Com milhões de deslocados internos e refugiados, ampliação da insegurança alimentar e colapso parcial das economias locais, a crise humanitária tornou-se uma das mais graves do continente africano (UNHCR, 2023). O colapso do comércio transfronteiriço, a interrupção de atividades agrícolas e o fechamento de escolas agravaram ainda mais o ciclo de exclusão que, originalmente, contribuiu para o fortalecimento do grupo.

Diante desse quadro, torna-se evidente que a insurgência do Boko Haram não pode ser interpretada apenas por uma ótica militar ou nacional. Trata-se de um fenômeno inserido em dinâmicas transfronteiriças, com implicações múltiplas nos âmbitos político, econômico e social. A compreensão mais profunda desse tipo de ameaça exige, portanto, um referencial teórico capaz de captar tais interdependências. É nesse sentido que o capítulo seguinte introduz a Teoria da Segurança Regional, oferecendo um arcabouço analítico para interpretar a lógica dos complexos regionais de segurança e os desafios para sua operacionalização prática no contexto africano.

3. A TEORIA DA SEGURANÇA REGIONAL

A insurgência do Boko Haram, com seu caráter transnacional e múltiplos impactos, não pode ser compreendida de forma isolada ou apenas pela perspectiva militar. A Teoria da Segurança Regional, desenvolvida por Barry Buzan e Ole Wæver, fornece um referencial teórico eficaz para analisar fenômenos que ultrapassam fronteiras e desafiam a soberania estatal. Fundamentada na ideia de que a segurança é estruturada por meio de complexos regionais, essa abordagem destaca padrões de ameaça e resposta entre Estados geograficamente próximos (Buzan; Wæver, 2003).

Assim, a segurança passa a ser vista como um processo interdependente, moldado por fatores locais, regionais e transnacionais. Este capítulo apresenta os principais conceitos da teoria, como a segurança ampliada, os complexos regionais de segurança, a dessecuritização e, securitização e a relação entre segurança regional e fracasso estatal. Tais elementos são articulados de forma a permitir a aplicação direta ao caso do Boko Haram e à instabilidade na África Ocidental.

3.1 A ESCOLA DE COPENHAGUE E A SEGURANÇA

A Teoria da Segurança Regional está ancorada na Escola de Copenhague, cujos principais expoentes são Barry Buzan, Ole Wæver e Jaap de Wilde. Essa escola propõe uma ampliação do conceito de segurança, ultrapassando a abordagem tradicional centrada em ameaças militares entre Estados. Segundo os autores, em sua obra seminal *Security: A New Framework for Analysis*, a segurança deve ser analisada a partir de cinco setores principais: militar, político, econômico, societal e ambiental⁴.

Essa concepção permite observar ameaças que não envolvem diretamente o uso da força, mas afetam a estabilidade das sociedades. No caso africano, onde

⁴ BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; DE WILDE, Jaap. *Security: A new framework for analysis*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998, p 4

pobreza, desigualdade, conflitos internos e degradação ambiental coexistem, tal abordagem é especialmente relevante. A insurgência do Boko Haram exemplifica bem essa lógica: além da violência militar, o grupo provoca colapsos institucionais, crises humanitárias, deslocamentos populacionais e desestruturação econômica e educacional. A análise por setores permite compreender os múltiplos impactos de sua atuação. Além disso, a interdependência entre os setores obriga a considerar também os efeitos transfronteiriços desses processos.

3.2 COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA (CRS)

Um dos conceitos centrais da teoria é o de Complexos Regionais de Segurança (CRS), definidos como arranjos nos quais os Estados vizinhos compartilham dinâmicas de ameaça e resposta, frequentemente decorrentes da proximidade geográfica e da fragilidade das fronteiras. Como afirmam Buzan e Wæver, a maioria das ameaças de segurança viaja mais facilmente em distâncias curtas⁵.

Na África Ocidental, esse padrão é evidente. Fronteiras permeáveis, legados coloniais, instituições frágeis e redes ilegais transnacionais compõem um ambiente propício para insurgências. O Boko Haram atua em vários países como Nigéria, Níger, Chade e Camarões, explorando essas fragilidades para expandir sua presença e logística.

A Teoria da Segurança Regional oferece um referencial teórico consistente para compreender por que essas ameaças não podem ser enfrentadas isoladamente. Segundo esse arcabouço, os complexos regionais de segurança se formam em contextos nos quais os Estados compartilham percepções de ameaça em função da proximidade geográfica, tornando indispensáveis as respostas coordenadas entre os atores locais (Buzan; Wæver, 2003)

3.3 SECURITIZAÇÃO E DESSECURITIZAÇÃO

A securitização constitui um dos pilares teóricos da Escola de Copenhague e está intrinsecamente associada à atuação dos agentes políticos na construção social da ameaça. Trata-se de um processo discursivo pelo qual determinado tema

⁵ BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. *Regions and powers: the structure of international security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 4.

é elevado à condição de ameaça existencial, legitimando, assim, o uso de medidas extraordinárias que extrapolam o campo da política rotineira (BUZAN; WÆVER, 2003).

No contexto da Nigéria, observa-se um caso emblemático de securitização progressiva. Inicialmente tratado como um grupo religioso extremista localizado no nordeste do país, o Boko Haram foi gradualmente enquadrado como uma insurgência armada com capacidade de desestabilização nacional. Esse enquadramento permitiu ao governo federal justificar a decretação do estado de emergência em diversos estados, o emprego ostensivo das Forças Armadas e a legitimação do apoio de milícias civis locais. Esse processo, como propõe a teoria, revela o poder do discurso na construção da agenda de segurança, transferindo o debate para fora da política convencional (Buzan; Wæver, 2003).

Paralelamente à escalada doméstica, também se verificou a securitização em nível regional. Organizações como a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a União Africana passaram a reconhecer o Boko Haram como uma ameaça à estabilidade continental, o que possibilitou iniciativas de cooperação interestatal, maior articulação da MNJTF e o acesso a recursos internacionais voltados ao combate à insurgência. Tal expansão do processo de securitização além das fronteiras nacionais confirma a hipótese da interdependência securitária nos complexos regionais (Buzan; Wæver, 2003).

Em contraste com a securitização, a dessecuritização propõe a reintrodução dos temas securitizados na esfera da política ordinária, por meio do diálogo, da institucionalização e da desmilitarização do discurso. No caso nigeriano, ainda que tenham existido tentativas pontuais de reintegração de ex-combatentes e canais de interlocução com dissidências do grupo, esses esforços permanecem incipientes e pouco eficazes diante da continuidade da violência. A teoria de Buzan e Wæver contribui para interpretar essas iniciativas como tentativas de reverter a lógica securitária, embora sem desmobilizar totalmente os dispositivos de exceção anteriormente acionados.

Assim, a teoria da securitização permite compreender como o enquadramento discursivo influencia diretamente a formulação das políticas públicas de segurança. A forma como a ameaça é definida, comunicada e aceita socialmente condiciona não apenas os meios empregados para enfrentá-la, mas também os limites ético-políticos da resposta estatal (Buzan; Wæver, 2003).

3.4 APLICAÇÃO AO COMPLEXO REGIONAL DA ÁFRICA OCIDENTAL

A persistência da ameaça representada pelo Boko Haram evidenciou com nitidez a necessidade de um Complexo Regional de Segurança na África Ocidental. Segundo a Teoria da Segurança Regional, complexos desse tipo formam-se em contextos nos quais os Estados vizinhos compartilham ameaças percebidas como existenciais e interligadas, frequentemente exacerbadas por fatores geográficos, fronteiras porosas e interdependência histórica (Buzan; Wæver, 2003). No caso em análise, os ataques do Boko Haram transcederam rapidamente as fronteiras da Nigéria, alcançando o Chade, Níger e Camarões, comprometendo a estabilidade regional e exigindo respostas conjuntas.

Essa interconectividade securitária reforça a tese de que a África Ocidental não pode ser analisada apenas a partir das dinâmicas domésticas de seus Estados, mas sim como um sistema regional de segurança, onde o deslocamento de ameaças, como a insurgência jihadista, afeta múltiplos atores simultaneamente. O Boko Haram, ao operar trans nacionalmente, tornou-se catalisador da articulação de estruturas regionais de combate à insegurança, como a já mencionada MNJTF e os mecanismos de cooperação sob a égide da CEDEAO. Esses arranjos refletem a lógica teórica segundo a qual, diante de uma ameaça comum, os Estados tendem a consolidar práticas de coordenação estratégica (Buzan; Wæver, 2003).

Contudo, a teoria também prevê que os complexos regionais são marcados por assimetrias internas, tensões latentes e dificuldades de harmonização política. Essa previsão se confirma na prática: apesar da criação de instituições regionais, a cooperação interestatal na África Ocidental tem sido limitada por fatores como rivalidades históricas, capacidades militares desiguais e divergências quanto às prioridades nacionais de segurança. Tais obstáculos dificultam uma resposta verdadeiramente integrada, expondo a fragilidade da institucionalização da segurança regional (Buzan; Wæver, 2003).

Além disso, o enfoque na segurança tradicional centrado no setor militar tem dificultado abordagens mais amplas e sustentáveis, que levem em conta os setores societal, econômico e político, conforme preconizado pela Escola de Copenhague. A ausência de respostas coordenadas em áreas como desenvolvimento socioeconômico, educação e governança contribui para a resiliência do extremismo violento na região. Assim, a teoria de Buzan e Wæver permite não apenas

diagnosticar o padrão geopolítico da insegurança na África Ocidental, mas também destacar as limitações das respostas regionais quando estas se restringem à securitização armada do problema.

Em síntese, a análise do caso Boko Haram à luz da Teoria da Segurança Regional demonstra que a África Ocidental constitui um complexo regional marcado por alta interdependência securitária, onde a construção discursiva da ameaça molda práticas cooperativas e limitações operacionais. Essa aplicação empírica confirma a utilidade da abordagem teórica para interpretar dinâmicas regionais fora do eixo euro atlântico, especialmente em regiões onde a fragilidade estatal e a porosidade fronteiriça amplificam os efeitos das ameaças transnacionais.

3.5 TEORIA DA SEGURANÇA REGIONAL NA PERSPECTIVA AFRICANA

Apesar de sua utilidade, a Teoria da Segurança Regional enfrenta críticas quando aplicada a contextos africanos. Mohammed Ayoob (1995) argumenta que os países do Sul Global vivem um “terceiro mundo de segurança”, no qual o Estado ainda luta para consolidar sua soberania. “As ameaças nesses contextos não são externas, mas internas, e frequentemente ligadas à própria construção do Estado” (Ayoob, 1995, p. 31). Acharya (2007) amplia essa crítica ao afirmar que os modelos eurocêntricos ignoram os mecanismos locais de segurança. Na África, formas tradicionais e comunitárias de proteção coexistem com instituições estatais fracas, o que demanda uma teoria mais flexível e sensível ao contexto. Mbembe (2001), por meio do conceito de necropolítica, demonstra como o poder na África não se exerce apenas pelo controle da vida, mas também da morte.

A securitização, nesse cenário, assume contornos mais profundos, definindo quem merece ser protegido e quem pode ser descartado. Tais perspectivas revelam que, para compreender plenamente fenômenos como o Boko Haram, é necessário transcender o modelo clássico da Escola de Copenhague e adotar uma abordagem que reconheça as singularidades históricas e políticas do continente africano.

3.6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A análise desenvolvida ao longo deste capítulo evidenciou a relevância da Teoria da Segurança Regional, formulada por Barry Buzan e Ole Wæver, para

compreender a complexidade das dinâmicas de segurança na África Ocidental, em especial no que tange à insurgência do Boko Haram. Os conceitos centrais de Complexos Regionais de Segurança e securitização revelaram-se fundamentais para interpretar tanto a propagação transnacional da ameaça quanto as respostas políticas e militares adotadas pelos Estados afetados.

A construção discursiva do Boko Haram como ameaça existencial possibilitou a mobilização de medidas excepcionais no plano doméstico e regional, envolvendo a implementação da Força-Tarefa Multinacional Conjunta e o engajamento de organismos supranacionais como a CEDEAO e a União Africana. Todavia, o processo de securitização, apesar de necessário para a legitimação das ações, também expôs limitações estruturais decorrentes das assimetrias políticas, divergências estratégicas e fragilidades institucionais entre os países da região.

A existência de um complexo regional consolidado na África Ocidental, conforme definido pela teoria, implica reconhecer que a segurança de cada Estado não pode ser dissociada das condições de seus vizinhos, reforçando a necessidade de respostas coordenadas e multidimensionais. Contudo, a predominância do enfoque militar e a persistência de entraves políticos indicam que a securitização isolada, sem avanços concomitantes em setores sociais, econômicos e políticos, pode ser insuficiente para garantir a estabilidade duradoura.

Assim, a Teoria da Segurança Regional não apenas contribui para a compreensão das ameaças e respostas contemporâneas no contexto africano, mas também aponta caminhos para o aprimoramento das estratégias de enfrentamento ao Boko Haram. A superação das limitações estruturais e a ampliação do escopo da segurança, integrando múltiplos setores e atores, surgem como desafios centrais para a construção de uma paz sustentável na região.

4. RESPOSTAS E ESTRATÉGIA DE COMBATE

Este capítulo analisa como a Nigéria, seus vizinhos e parceiros internacionais responderam à ameaça do Boko Haram. A resposta nigeriana foi marcada por ações militares, mas teve eficácia limitada devido à corrupção, abusos e falta de apoio da população. No plano regional, a criação da Força-Tarefa Multinacional Conjunta mostrou esforço de cooperação, mas enfrenta desafios políticos e operacionais.

A atuação de países como Estados Unidos e França trouxe apoio técnico, mas também refletiu interesses externos. Por fim, programas de desradicalização e desenvolvimento buscaram lidar com causas profundas do conflito, mas ainda são frágeis. O capítulo mostrará que, sem articulação entre segurança, política e desenvolvimento, as respostas tendem a ser parciais e insuficientes.

4.1 RESPOSTA ESTATAL DA NIGÉRIA

Entre o militarismo e o desgaste institucional, a insurgência do Boko Haram, que emergiu como uma força desestabilizadora no nordeste da Nigéria e rapidamente transbordou para o cenário regional da África Ocidental, provocou múltiplas respostas nos níveis nacional, regional e internacional. Desde 2009, o governo nigeriano adotou uma abordagem predominantemente militarizada para conter a expansão do grupo. Durante a administração de president Goodluck Jonathan (2010–2015), foram decretados estados de emergência nos estados mais afetados do Nordeste e mobilizadas tropas federais em larga escala. No entanto, essa estratégia se revelou limitada diante de fatores como corrupção institucional, deficiências operacionais das forças armadas e acusações de abusos contra civis, os quais alimentaram a desconfiança da população local e ampliaram a espiral de violência (Agha, 2017).

Do ponto de vista teórico, tal resposta estatal pode ser interpretada como um processo de securitização, no qual uma ameaça é discursivamente construída como existencial, legitimando ações excepcionais fora da normalidade política

(Buzan; Wæver; De Wilde, 1998). Ainda que respaldada por discursos oficiais e pela mídia nacional, essa securitização falhou em produzir um consenso social duradouro, em grande parte devido à ausência de uma estratégia articulada que integrasse segurança, desenvolvimento e reconstrução institucional. Com a ascensão de Muhammadu Buhari em 2015, adotou-se um discurso mais firme de combate à insurgência, o que levou a ganhos territoriais a partir de 2016. No entanto, a fragmentação interna do grupo e a persistência dos ataques demonstram que os fatores estruturais que sustentam a insurgência continuam sem solução, indicando que as medidas adotadas foram insuficientes para uma resposta sustentável.

Além disso, a resposta estatal tem se caracterizado por um ciclo de reação militar pontual e limitada capacidade de prevenção estratégica. Segundo o International Crisis Group (2019), embora o exército nigeriano tenha recuperado cidades e estradas, muitos dos territórios “reconquistados” permanecem sem presença efetiva do Estado, sendo rapidamente reocupados por insurgentes. A ausência de políticas robustas de reintegração, justiça restaurativa e apoio às vítimas intensifica a sensação de abandono e favorece a perpetuação da violência.

Programas como a *Operation Safe Corridor*, voltados à reabilitação de ex-combatentes, têm obtido resultados mistos. Embora representem uma tentativa de dessecuritização parcial, enfrentam críticas quanto à transparência, impacto real e capacidade de reintegração dos participantes nas comunidades de origem (ZENN, 2021). Em muitas localidades, a desconfiança das populações em relação ao programa é alta, sobretudo quando não há garantias claras de segurança, reparação e justiça.

Por outro lado, as forças armadas nigerianas têm sido alvo de frequentes denúncias por organizações de direitos humanos. Relatórios da *Human Rights Watch* (2020) e da *Amnistia Internacional* (2018) documentam práticas como detenções arbitrárias, tortura e execuções extrajudiciais, que comprometem a legitimidade estatal e alimentam a propaganda insurgente.

A centralização das decisões estratégicas em Abuja e a escassa articulação com governos estaduais e locais agravam os desafios de governança. Como observa Onuoha (2016), “a falta de coordenação vertical entre os níveis de governo mina a coesão das respostas e enfraquece a percepção de autoridade do Estado nas zonas de conflito” (Onuoha, 2016, p. 248).

Portanto, embora tenha conquistado vitórias militares pontuais, a resposta estatal revela limitações estruturais profundas. A dependência excessiva da força militar, sem o devido investimento em políticas públicas preventivas, impede uma ruptura efetiva com as condições que alimentaram a insurgência. A Teoria da Segurança Regional contribui para demonstrar que, em contextos como o da Nigéria, segurança exige mais do que força: requer articulação entre setores sociais, instituições estatais e ações de longo prazo.

4.2 COOPERAÇÃO REGIONAL E COMPLEXIDADE GEOPOLÍTICA

Diante da ineficácia de respostas unicamente nacionais, a região passou a adotar mecanismos de cooperação regional. A expansão do Boko Haram para países vizinhos Níger, Chade e Camarões levou à formalização da Força-Tarefa Multinacional Conjunta (MNJTF) em 2015. Esta articulação exemplifica o conceito de Complexos Regionais de Segurança (CRS), que reconhece a interdependência entre Estados fronteiriços diante de ameaças comuns (Buzan; Wæver, 2003).

No plano prático, a MNJTF promoveu ofensivas conjuntas e limitou o avanço territorial do grupo. Contudo, rivalidades políticas, diferenças de capacidade militar e a ausência de comando integrado prejudicaram sua eficiência. Esses fatores ilustram os limites da institucionalização da segurança regional num contexto de soberanias frágeis e legados coloniais distintos.

A ação conjunta enfrenta ainda a influência de interesses externos. Atores como França, Estados Unidos e União Europeia sustentam operações com apoio logístico e militar, mas frequentemente pautados por suas próprias agendas. Conforme Thurston (2020), “a sobreposição de coalizões militares e missões paralelas gera redundância, competição por recursos e falta de coordenação tática” (Thurston, 2020, p.140).

Apesar disso, a criação da MNJTF representa um marco simbólico e institucional, demonstrando a capacidade dos países afetados de reconhecer e enfrentar conjuntamente ameaças regionais. A efetividade dessa resposta, no entanto, depende da superação dos entraves operacionais e da formulação de uma estratégia comum que articule ações militares com políticas de reconstrução e justiça social. Como discutido no Capítulo 2, o Boko Haram impõe uma ameaça

transfronteiriça que desafia as abordagens tradicionais de segurança sendo, portanto, emblemático da necessidade de integração regional.

4.3 INTERVENÇÃO INTERNACIONAL E PARCERIAS EXTERNAS

O cenário de fragilidade institucional e insegurança motivou a intervenção de potências extrarregionais, especialmente Estados Unidos, França e Reino Unido. Os norte-americanos forneceram treinamento, tecnologia e estabeleceram uma base de drones no Níger (*International Crisis Group*, 2017); a França manteve presença militar via Operação Barkhane; o Reino Unido apoiou ações de inteligência e capacitação militar (*International Crisis Group*, 2017).

Embora esses apoios tenham oferecido capacidades técnicas importantes, suas motivações transcendem a solidariedade. A agenda da luta contra o terrorismo tem sido usada como instrumento de penetração geopolítica e de controle migratório e comercial, favorecendo interesses das potências em detrimento das necessidades locais.

Conforme a Teoria da Segurança Regional (Buzan; Wæver, 2003), soluções exógenas desconectadas da realidade local tendem a fracassar ou gerar reações adversas. A ênfase externa em capacidades militares, com baixa integração com iniciativas sociais e institucionais, mina a sustentabilidade das estratégias.

Além disso, a ausência de coordenação com mecanismos regionais, como o *African Peace and Security Architecture* da União Africana, reforça a dependência externa e dificulta a consolidação de um modelo endógeno de segurança. Como alertam os próprios autores da teoria, a imposição de modelos externos pode deslegitimar as soluções locais e intensificar a instabilidade.

4.4 ESTRATÉGIAS ALTERNATIVAS

Mesmo com o predomínio da securitização, surgiram iniciativas alternativas, como o programa *Operation Safe Corridor*, iniciado em 2016, voltado à reintegração de ex-combatentes. A proposta inclui capacitação, apoio psicológico, educação religiosa moderada e mediação comunitária uma tentativa de dessecuritização do conflito, aproximando-se da lógica da Escola de Copenhague (Buzan; Wæver, 2003).

Contudo, tais estratégias enfrentam desafios significativos: fragilidade institucional, falta de recursos qualificados, e resistência das comunidades locais. Em regiões marcadas pela ausência do Estado e pela impunidade, muitas populações veem os programas como leniência com criminosos. Essas percepções agravam o ressentimento social e dificultam a reintegração, podendo inclusive fomentar novos ciclos de violência.

A reconstrução das regiões libertadas do domínio do Boko Haram enfrenta desafios significativos decorrentes da insegurança crônica, corrupção e desorganização institucional. Embora a Northeast Development Commission (NEDC) tenha sido criada para canalizar investimentos e promover o desenvolvimento socioeconômico da região, a comissão tem sido alvo de críticas por ineficiência e má gestão, segundo relatórios oficiais do governo nigeriano e avaliações de organizações internacionais (North East Development Commission, 2022; Transparency International, 2023).

Sem uma articulação entre segurança, justiça e inclusão social, qualquer esforço tende ao fracasso. Como assinala a Teoria da Segurança Regional, a ausência de um Estado responsável impede o enfrentamento duradouro das ameaças. Logo, programas sociais e de reconstrução precisam estar no centro da estratégia, e não como complementos.

4.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A análise integrada das respostas estatais, regionais, internacionais e alternativas revela um padrão recorrente de parcialidade e fragmentação. Embora alguns avanços tenham sido alcançados, as limitações estruturais como fragilidade institucional, competição política e exclusão social continuam a alimentar a insurgência.

A Teoria da Segurança Regional oferece uma lente útil para compreender essas limitações. Ao destacar a importância dos complexos regionais de segurança e da articulação multissetorial, Buzan e Wæver apontam que a segurança só pode ser consolidada a partir de processos coordenados entre os níveis nacional, regional e global.

Portanto, o caso do Boko Haram evidencia a urgência de transcender a lógica militarista. A segurança duradoura na África Ocidental dependerá de um novo contrato social, de cooperação efetiva entre os Estados e da valorização das

capacidades e demandas locais. Só assim será possível romper o ciclo de insegurança e construir caminhos mais sustentáveis para a paz.

5. CONVERGÊNCIAS, DIVERGÊNCIAS E LIÇÕES ENTRE A INSURGÊNCIA DO BOKO HARAM, AS POLÍTICAS DE COMBATE E A TEORIA DA SEGURANÇA REGIONAL

A insurgência do Boko Haram, ao extrapolar as fronteiras nacionais da Nigéria e afetar diretamente os países vizinhos, configura um caso emblemático de ameaça regional complexa, cujas implicações se alinham ao conceito de Complexos Regionais de Segurança (CRS) formulado por Barry Buzan e Ole Wæver (2003). Através da articulação entre os níveis nacional, regional e internacional, o conflito desafia abordagens tradicionais de segurança, exigindo uma análise multiescala, multidimensional e ancorada em processos históricos e políticos locais.

Este capítulo visa sintetizar, à luz da teoria, os principais achados desta dissertação por meio de três eixos de análise, em primeiro, as convergências entre as ações observadas e os postulados teóricos; em segundo, divergências e lacunas entre o ideal normativo e a prática empírica e em terceiro, lições aprendidas, com sugestões para um modelo mais coerente e eficaz de enfrentamento de ameaças securitárias na África Ocidental.

5.1 CONVERGÊNCIAS ENTRE PRÁTICA E TEORIA

A Teoria da Segurança Regional, conforme apresentada por Buzan e Wæver (2003), sustenta que em regiões marcadas por fragilidades estatais, as ameaças à segurança raramente permanecem confinadas dentro das fronteiras nacionais, gerando complexos de interdependência securitária. Nesse sentido, o caso do Boko Haram confirma a validade empírica da teoria: a insurgência rapidamente se transformou de uma crise doméstica para uma ameaça regional compartilhada, afetando diretamente Camarões, Níger e Chade (International Crisis Group, 2021).

Diante dessa regionalização do conflito, os países afetados reagiram com a criação da Força-Tarefa Multinacional Conjunta (MNJTF) uma tentativa concreta de institucionalizar a cooperação securitária conforme a lógica dos CRS. Essa

articulação, ainda que imperfeita, demonstra a percepção comum de que ameaças transfronteiriças demandam soluções coletivas. A securitização formal do Boko Haram, tanto em discursos políticos quanto em medidas legais e operacionais, corresponde também ao modelo analítico da teoria, que identifica os processos de construção discursiva da ameaça como elementos centrais da dinâmica de segurança regional (Buzan; Wæver; De Wilde, 1998).

Outro ponto de convergência reside na crescente intervenção de atores extrarregionais. Os Estados Unidos, França e Reino Unido atuaram de forma ativa no fornecimento de recursos, tecnologia e treinamento militar, reconhecendo a relevância estratégica da sub-região. Essa dinâmica reflete o entendimento da teoria de que os CRS podem sofrer influência significativa de potências externas, mesmo quando a centralidade permanece entre os atores locais.

5.2 DIVERGÊNCIAS E DESVIOS: TEORIA E PRÁTICA EM DESCOMPASSO

Apesar dessas convergências formais, a realidade prática do combate ao Boko Haram revela diversos desvios em relação ao modelo ideal proposto pela Teoria da Segurança Regional. O primeiro grande hiato diz respeito à ausência de uma abordagem multissetorial coerente. Enquanto a teoria propõe que a segurança regional deve articular dimensões políticas, econômicas, sociais e ambientais, as políticas nigerianas e em grande parte também regionais mantêm um viés fortemente militarista, negligenciando ações estruturantes de desenvolvimento e inclusão (Onapajo; Uzodike, 2016).

A descoordenação entre os níveis de governo na Nigéria, bem como entre os Estados da MNJTF, contraria a proposta teórica de construção conjunta de segurança. A MNJTF, embora simbolicamente relevante, sofre com falta de doutrina comum, rivalidades políticas e dependência de agendas externas, o que compromete sua eficácia operacional (United Nations Development Programme, 2020). Esse descompasso entre intenção cooperativa e implementação fragmentada é um dos aspectos que mais fragilizam o modelo regional em prática.

Do ponto de vista social, os programas de reintegração e desradicalização, como o *Operation Safe Corridor*, não têm sido suficientes para promover a rearticulação do contrato social nas áreas afetadas. A dessecuritização social, proposta pela Escola de Copenhague como alternativa à lógica militar, permanece

incipiente e fragilizada pela falta de confiança comunitária, impunidade e déficit de justiça restaurativa (Zenn, 2021; Human Rights Watch, 2020).

Além disso, a inserção das potências estrangeiras na arquitetura de segurança da África Ocidental ocorre, muitas vezes, de maneira seletiva, bilateral e descoordenada. Em lugar de fortalecer os mecanismos locais ou regionais, essas intervenções tendem a reforçar a dependência externa e obscurecer os processos autóctones de gestão da segurança. A *African Peace and Security Architecture (APSA)*, por exemplo, permanece subutilizada e enfraquecida revelando uma assimetria entre o centro decisório e os contextos afetados, o que contradiz os princípios de centralidade local defendidos pela teoria.

5.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS: LIÇÕES TEÓRICAS E PERSPECTIVAS FUTURAS

A análise do caso Boko Haram à luz da Teoria da Segurança Regional revela lições significativas tanto para a prática política quanto para a reflexão teórica, permitindo também uma avaliação crítica das estratégias adotadas até o momento na África Ocidental. A insurgência liderada pelo grupo não apenas confirma os pressupostos fundamentais de interdependência securitária na região, mas também evidencia as lacunas persistentes entre os discursos oficiais de segurança e a efetiva implementação de políticas coordenadas, sustentáveis e sensíveis às realidades locais (Buzan; Wæver, 2003).

Em primeiro lugar, o caso demonstra que a segurança regional, para ser eficaz, não pode ser concebida de forma isolada ou centrada exclusivamente nos Estados. Pelo contrário, impõe-se a necessidade de uma abordagem interconectada e multidimensional, em que fatores sociais, históricos, culturais e institucionais sejam considerados desde a formulação das respostas. Essa leitura confirma a relevância da proposta teórica de Buzan e Wæver, que ultrapassa os limites estatais e propõe uma análise que contempla os diversos setores da segurança político, militar, econômico, societal e ambiental (Buzan; Wæver, 2003).

Em segundo lugar, a experiência da África Ocidental evidencia que a descentralização e a inclusão comunitária são condições indispensáveis para a construção de legitimidade e eficácia das ações de segurança. As estratégias de enfrentamento ao Boko Haram que ignoraram os contextos locais ou que foram impostas de cima para baixo falharam em gerar apoio popular duradouro, o que

comprometeu tanto a prevenção quanto a resiliência frente à violência extremista (Aghulu, 2020; Onuoha, 2014). Assim, a segurança regional deve ser construída com base na escuta ativa das populações atingidas, na cooperação transfronteiriça e na valorização dos atores locais como sujeitos estratégicos (Adebajo, 2016).

Em terceiro lugar, o arcabouço teórico de Buzan e Wæver não se limita à sua capacidade explicativa; ele também oferece um horizonte normativo para a reformulação das práticas de segurança. Ao indicar que ameaças como o Boko Haram não podem ser devidamente compreendidas sem considerar as conexões entre os níveis local, nacional e regional, a teoria aponta caminhos para respostas mais integradas, inclusivas e coordenadas algo ainda deficitário na resposta da CEDEAO e das potências internacionais (Buzan; Wæver, 2003; Walker, 2018).

Por fim, embora as falhas observadas nas respostas estatais não invalidem a teoria, elas reforçam sua pertinência crítica. Ao evidenciar aquilo que está ausente ou mal implementado, a Teoria da Segurança Regional contribui para diagnosticar as causas profundas do insucesso securitário e indica onde os ajustes devem ocorrer. O caso da África Ocidental ilustra, assim, tanto os limites das práticas vigentes quanto o potencial transformador de uma abordagem que leve a sério a complexidade e a interdependência dos sistemas regionais de segurança (Buzan; Wæver, 2003).

No capítulo seguinte, serão apresentadas as considerações finais desta dissertação, com o objetivo de retomar a pergunta central da pesquisa, avaliar a contribuição efetiva da Teoria da Segurança Regional para a análise da insurgência jihadista e discutir suas implicações teóricas e práticas para os estudos de segurança na África Subsaariana.

6. CONCLUSÃO

A presente dissertação teve como objetivo analisar a insurgência do Boko Haram à luz da Teoria da Segurança Regional proposta por Barry Buzan e Ole Wæver, buscando compreender os elementos estruturais, securitários e geopolíticos que sustentam a longevidade do grupo e desafiam as respostas estatais e regionais. A partir dessa perspectiva, a pesquisa procurou responder à seguinte pergunta: de que maneira a Teoria da Segurança Regional contribui para explicar a persistência da ameaça do Boko Haram e avaliar as estratégias implementadas para combatê-lo na região da África Ocidental

Ao longo dos capítulos, ficou evidente que o Boko Haram não é apenas uma expressão de violência insurgente localizada, mas sim um ator profundamente enraizado em dinâmicas históricas, sociais e religiosas, que se articula com falhas do Estado, marginalização socioeconômica e vulnerabilidades fronteiriças. O grupo insurgente soube explorar essas fragilidades para se consolidar como um ator transnacional, atuando em múltiplos setores da sociedade político, religioso, militar e, em menor grau, econômico e estendendo sua atuação para além das fronteiras da Nigéria, sobretudo para Camarões, Chade e Níger.

A análise dos mecanismos de resposta mostrou que os governos envolvidos, especialmente o nigeriano, optaram majoritariamente por estratégias militarizadas de contenção, por vezes sob pressão de atores internacionais e com forte apoio externo. No entanto, como evidenciado nos capítulos anteriores essas ações revelaram-se insuficientes ou parcialmente eficazes, dada a ausência de uma abordagem regional integrada e a persistente desconexão entre segurança e desenvolvimento. A resposta regional, apesar de ter evoluído com a criação da Força-Tarefa Multinacional Conjunta (MNJTF), mostrou-se limitada por tensões interestatais, fragilidades operacionais e falta de coordenação estratégica entre os países afetados.

A Teoria da Segurança Regional, nesse contexto, ofereceu um arcabouço analítico fundamental para compreender a insurgência do Boko Haram enquanto um fenômeno securitário regional. Ao enfatizar que ameaças à segurança não se

restringem ao nível estatal, mas se articulam em complexos regionais interdependentes, a teoria permitiu identificar a insurgência como uma ameaça difusa, de natureza multidimensional, que afeta simultaneamente diversos setores (militar, político, societal e religioso), rompendo os limites tradicionais da análise geopolítica.

Além disso, a teoria ajudou a evidenciar que a securitização, quando conduzida de forma excessivamente militarizada e desprovida de legitimidade social, pode aprofundar a insegurança em vez de mitigá-la. Isso se manifesta, por exemplo, na forma como comunidades locais desconfiam das forças de segurança, ou mesmo colaboram com o Boko Haram por ausência de alternativas estatais viáveis. Ao mesmo tempo, a teoria de Buzan e Wæver reforça a importância da construção de identidades regionais e da cooperação interestatal como elementos-chave para estabilizar ambientes de segurança frágeis ponto que, embora presente em iniciativas como a MNJTF, ainda carece de aprofundamento e institucionalização no contexto da África Ocidental.

Em síntese, os principais achados desta pesquisa indicam que a persistência do Boko Haram não pode ser explicada apenas por sua força militar ou capacidade de mobilização ideológica, mas sim pela convergência de fatores locais, regionais e internacionais que moldam um ambiente de segurança poroso, fragmentado e vulnerável. A teoria da segurança regional mostrou-se, assim, uma ferramenta eficaz para diagnosticar essas dinâmicas, mas sua plena aplicabilidade depende da existência de políticas públicas que reconheçam e incorporem essa complexidade.

Como recomendação final, destaca-se a necessidade de reformular as estratégias de combate ao Boko Haram com base em três pilares complementares: o aprofundamento da cooperação regional sob uma agenda comum de segurança humana, fundamental para enfrentar ameaças transnacionais de forma coordenada e eficaz (Buzan; Wæver, 2003, p. 45); a integração efetiva entre os esforços militares e os programas sociais voltados para a reconstrução e inclusão das comunidades afetadas, pois a dimensão socioeconômica é essencial para a estabilização pós-conflito (Onapojo; Uzodike, 2012, p. 132); e o fortalecimento da legitimidade estatal junto às populações vulneráveis, por meio da implementação de políticas de longo prazo que transcendam respostas meramente repressivas, promovendo desenvolvimento socioeconômico sustentável, governança

democrática e justiça social (Thurston, 2017, p. 200). Somente a conjugação desses elementos pode garantir uma abordagem abrangente e eficaz para enfrentar os desafios persistentes da insurgência e reconstruir a estabilidade regional.

REFERENCIAS

- ACHARYA, Amitav. *The making of Southeast Asia: international relations of a region*. Singapore: Cornell University Press, 2007.
- ADAMU, F.; RUFUS, G. *Understanding the Boko Haram Phenomenon*. Kaduna: Ahmadu Bello University Press, 2021.
- ADEBAJO, Adekeye. *Building regional security in West Africa: The role of local actors and cross-border cooperation*. Journal of International Affairs, v. 69, n. 2, p. 89-105, 2016.
- AGHULOR, B. A. *The Boko Haram insurgency in Nigeria: Causes and consequences*. African Research Review, v. 10, n. 3, p. 110–122, 2016.
- AGHULU, Uchechukwu. *Community engagement and counterterrorism in West Africa: Lessons from the Boko Haram insurgency*. Journal of African Security, v. 8, n. 1, p. 45-62, 2020.
- AGHULOR, D. et al. *Terrorism and State Fragility in Nigeria*. Ibadan: Spectrum Books, 2020.
- ALAO, Abiodun. *Islamic radicalisation and violent extremism in West Africa: Implications for regional security*. In: AKOKPARI, John; ZARTMAN, I. William (orgs.). *Africa's Security Challenges*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2019. p. 147–165.
- ASSANVO, William; HERBERT, Siân; WARNER, Jason. *Understanding the Multinational Joint Task Force (MNJTF): Regional security cooperation in the Lake Chad Basin*. Dakar: Institute for Security Studies (ISS), 2016. Disponível em: <https://issafrica.org/research/papers/understanding-the-mnjtf>. Acesso em: 25 jul. 2025.
- AYOOB, Mohammed. *The Third World Security Predicament: State Making, Regional Conflict, and the International System*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1995.
- BALZACQ, Thierry (org.). *Securitization theory: how security problems emerge and dissolve*. London: Routledge, 2011.
- COOK, David. *Boko Haram: A New Islamic State in Nigeria*. In: ROBERTS, Adam et al. (orgs.). *The Dynamics of African Conflicts*. London: Zed Books, 2015. p. 75-94.
- COMOLLI, Virginia. *Boko Haram: Nigeria's Islamist Insurgency*. London: Hurst & Company, 2015.
- COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS (CFR). *Nigeria Security Tracker*. 2024. Disponível em: <https://www.cfr.org/nigeria/nigeria-security-tracker>. Acesso em: 12 jun. 2025.

DOWD, Caitriona; RALEIGH, Clionadh. *The myth of global Islamic terrorism and local conflict in Mali and the Sahel*. *African Affairs*, v. 112, n. 448, p. 498–509, 2013. DOI: 10.1093/afraf/adt003. Acesso em: 25 jul. 2025.

EZE, Chukwuemeka. *The regional response to Boko Haram*: Multinational Joint Task Force (MNJTF). *West Africa Insight*, v. 5, n. 3, p. 18–25, 2021.

FELBAB-BROWN, Vanda. Nigeria's Boko Haram: *An assessment of the threat and the responses*. Brookings Institution, 2018. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/nigerias-boko-haram-an-assessment>. Acesso em: 20 jul. 2025.

FOREST, James J. F. *Confronting the terrorism of Boko Haram in Nigeria*. Florida: The JSOU Press, 2012.

HANSEN, Will. *The clash of violent extremisms*: The Boko Haram insurgency in Nigeria. *African Security*, v. 10, n. 2, p. 144-164, 2017.

HUMAN RIGHTS WATCH. *Nigeria: abuses by Boko Haram, security forces*. 2016. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2016/01/15/nigeria-abuses-boko-haram-security-forces>. Acesso em: 01 jun. 2025.

HUMAN RIGHTS WATCH. “*Those Terrible Weeks in Their Camp*”: Boko Haram Violence against Women and Girls. 2014. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2014/10/27/those-terrible-weeks-their-camp/boko-haram-violence-against-women-and-girls>. Acesso em: 08 ago. 2025.

IDRIS, I. *Boko Haram's ideology, aims and drivers*. K4D Helpdesk Report. Brighton: Institute of Development Studies, 2017.

INSTITUTE FOR ECONOMICS AND PEACE (IEP). *Global Terrorism Index 2023: Measuring the impact of terrorism*. Sydney: IEP, 2023. Disponível em: <https://www.visionofhumanity.org/resources/global-terrorism-index/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. *Boko Haram on the back foot? Africa Report n. 244*. Dakar/Bruxelas: ICG, 2016. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/africa/west-africa/nigeria/boko-haram-back-foot>. Acesso em: 25 jul. 2025.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. *Facing the challenge of the Boko Haram insurgency*. Africa Report n. 273, 2021. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/africa/west-africa/nigeria/face-challenge-boko-haram-insurgency>. Acesso em: 6 jul. 2025.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP (ICG). *Facing the challenge of the Islamic State in West Africa Province (ISWAP)*. Africa Report n. 302. Dakar/Bruxelas: ICG, 2022. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org>. Acesso em: 14 jun. 2025.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. *What's driving the rising violence in Nigeria?* 2023. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/africa/west-africa/nigeria/drivers-violence>. Acesso em: 10 jun. 2025.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (IOM). *Displacement Tracking Matrix: Nigeria — North East.* 2024. Disponível em: <https://dtm.iom.int/nigeria>. Acesso em: 18 jul. 2025.

MAINA, John. *The Nigerian military response to Boko Haram insurgency: Civilian Joint Task Forces and state security.* *Journal of African Security Studies*, v. 8, n. 2, p. 145-160, 2020.

MBEMBE, Achille. *Necropolitics*. Berkeley: University of California Press, 2001.

NIGERIA. Federal Government of. *National Counter Terrorism Strategy (NACTEST)*. Abuja: Office of the National Security Adviser, 2016.

NORTH EAST DEVELOPMENT COMMISSION (NEDC). *Annual report 2022: Progress and challenges in the reconstruction of Northeast Nigeria*. Abuja: NEDC, 2022. Disponível em: <https://nedc.gov.ng/annual-report-2022.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2025.

NOSSITER, Adam. *Boko Haram militants slaughter hundreds in northern Nigeria*. The New York Times, 9 jan. 2015. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/01/10/world/africa/boko-haram-deadly-raid.html>. Acesso em: 13 jun. 2025.

ONU. *Security Council Reports: Boko Haram and regional response*. Nova Iorque: United Nations Security Council, 2022. Disponível em: <https://www.securitycouncilreport.org>. Acesso em: 14 jun. 2025.

ONU MULHERES. *Relatório sobre mulheres e conflito armado na Nigéria: impactos da insurgência do Boko Haram*. Nova Iorque: ONU Mulheres, 2021.

ONUOHA, Festus. *The limits of military power: Boko Haram and the failure of Nigeria's counterinsurgency*. *African Security Review*, v. 23, n. 2, p. 123-138, 2014. DOI: 10.1080/10246029.2014.915757.

ONUOHA, Freedom C.; NWANGWU, Chikodiri; UGWUEZE, Michael I. *Counterinsurgency operations of the Nigerian military and Boko Haram insurgency: expounding the viscid manacle*. In: OMENMA, John T.; ONYISHI, Innocent E.; OKOLIE, Anthony M. (orgs.). *Ten Years of Boko Haram in Nigeria: The Dynamics and Counterinsurgency*. Cham: Palgrave Macmillan, 2023. p. 69-94. DOI: 10.1007/978-3-031-22769-1_4.

ONAPAKIN, E. O. *Boko Haram insurgency and the underdevelopment of Nigeria's North-East Region: A political economy analysis*. *African Journal of Governance and Development*, v. 6, n. 1, p. 83–100, 2017.

ONAPAOJO, Hakeem; UZODIKE, Ufo Okeke. *Boko Haram insurgency in Nigeria: The failure of the state and the necessity for a new paradigm*. Journal of Asian and African Studies, v. 51, n. 5, p. 548–563, 2016. DOI: 10.1177/0021909614552913. Acesso em: 25 jul. 2025.

ONYEUKWU, Michael. *The Boko Haram conflict and the future of Nigerian federalism*. In: DODZIH, Nathaniel; OKAFOR, Emeka (orgs.). Contemporary issues in African security and development. Abuja: African Research Institute, 2020. p. 115.

ONUODU, J. C. *Islamic Radicalism and Political Violence in Nigeria*. Enugu: SNAAP Press, 2018. p. 50-55.

THURSTON, Alexander. *Boko Haram: the history of an African jihadist movement*. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2017.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. *Corruption perceptions report 2023: Nigeria*. Berlin: Transparency International, 2023. Disponível em: <https://www.transparency.org/en/countries/nigeria>. Acesso em: 12 ago. 2025.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). *Child recruitment and use of children in armed conflict: A study on the impact of Boko Haram insurgency on children in Nigeria*. New York: UNICEF, 2017. Disponível em: <https://www.unicef.org/nigeria/reports/child-recruitment-and-use-children-armed-conflict>. Acesso em: 12 ago. 2025.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). *Transnational organized crime in West Africa: A threat assessment*. Vienna: UNODC, 2021. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/tocta/West_Africa_TOCTA_2021.pdf. Acesso em: 12 ago. 2025.

UNDP – UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. *Disarmament, demobilization and reintegration (DDR) in Nigeria: Lessons learned*. New York: UNDP, 2020. Disponível em: <https://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/crisis-prevention-and-recovery/disarmament-demobilization-and-reintegration--ddr--in-nigeria.html>. Acesso em: 6 jul. 2025.

UNDP – UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. *Journey to extremism in Africa: Drivers, incentives and the tipping point for recruitment*. New York: UNDP, 2017. Disponível em: <https://www.undp.org/publications/journey-extremism-africa>. Acesso em: 25 jul. 2025.

UNHCR – UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. *Addressing the reintegration needs of former Boko Haram combatants and affected communities*. UNHCR, 2022. Disponível em: <https://www.unhcr.org/>. Acesso em: 6 jul. 2025.

UNHCR – UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. *Lake Chad Basin crisis*. Geneva: UNHCR, 2023. Disponível em: <https://www.unhcr.org/lake-chad-basin.html>. Acesso em: 10 jun. 2025.

UNHCR – UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. Nigeria situation. 2024. Disponível em: <https://data.unhcr.org/en/situations/nigeriasituation>. Acesso em: 18 jul. 2025.

UNITED NATIONS. *Peacebuilding and sustaining peace: Report of the Secretary-General.* A/72/707-S/2018/43, 2018. Disponível em: <https://www.un.org/peacebuilding-content>. Acesso em: 25 jul. 2025.

UNICEF. *Children in crisis: Impact of Boko Haram on child welfare in Nigeria.* 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/nigeria/reports>. Acesso em: 16 jul. 2025.

WALKER, Andrew. What is Boko Haram? Washington, D.C.: *United States Institute of Peace (USIP)*, 2012. Disponível em: <https://www.usip.org/publications/2012/05/what-boko-haram>. Acesso em: 10 jul. 2025

ANNEXO A

MAPA DA NIGERIA

<https://www.britannica.com/topic/Boko-Haram>: Acessse: 09 aug 2025



Map showing Boko Haram attacks in the first five years (2009-2014) Source: (ResearchGate / Vox) Vox.com 5